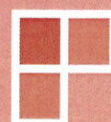


RELATÓRIO DE GESTÃO



Instituto Português
do Sangue e da
Transplantação, IP

2025



1. INDICE

1. INDICE	2
2. NOTA INTRODUTÓRIA	3
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO IPST,IP	3
2.2 ORGANOGRAMA	4
2.3 MISSÃO	5
2.4 VISÃO	5
2.5 PARTES INTERESSADAS INTERNAS/EXTERNAS	6
2.6 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS	7
3. RELATÓRIO DE GESTÃO	10
3.1. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL	10
3.1.1. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL DA RECEITA	10
3.1.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	11
3.1.3 ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL DA DESPESA	11
3.1.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA	11
3.2. RECURSOS HUMANOS	12
3.3. RECURSOS FINANCEIROS	15
3.3.1. RENDIMENTO ECONÓMICO-FINANCEIRO	15
3.3.2. EVOLUÇÃO E ANÁLISE	18
3.4. GASTOS E PERDAS	20
3.5. RENDIMENTOS	28
3.6. RÁCIOS	30
3.7. PRODUÇÃO OBTIDA	31
3.8. EVENTOS SUBSEQUENTES	34
3.9. PROPOSTA DE ALICAÇÃO DOS RESULTADOS	34
3.10. CONTABILIDADE DE GESTÃO	34
3.11. SUSTENTABILIDADE	35

Alcides Almeida
WZ
2

2. NOTA INTRODUTÓRIA

O Relatório de Gestão do Instituto Português de Sangue e Transplantação, tem por objetivo expor o conjunto de indicadores qualitativos e quantitativos que refletem a atividade realizada durante o ano de 2025.

As demonstrações financeiras, no decorrer do ano de 2025, foram preparadas em harmonia com o SNC-AP, aprovado no DL 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido utilizado o disposto para o regime geral.

No final do ano de 2025, concluiu-se a entrega de fornecimento de medicamentos de plasma inativado resultantes de processo de fracionamento de plasma humano exclusivamente português, tendo o mesmo sido entregue ao Instituto no dia 29 de dezembro de 2025, contribuindo assim para o aumento das existências finais.

De referir que a 31/12/2025 as existências finais relativas aos produtos derivados de plasma ascendem a 5.9M€. O fornecimento destas existências aos serviços hospitalares ao longo do ano, foi condicionado pelos stocks pré existentes nestes serviços resultantes dos concursos adjudicados anteriormente à data de receção destes produtos no Instituto. Importa referir que a distribuição destes foi articulada com SPMS, para ocorrer durante o ano de 2025.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO IPST,IP

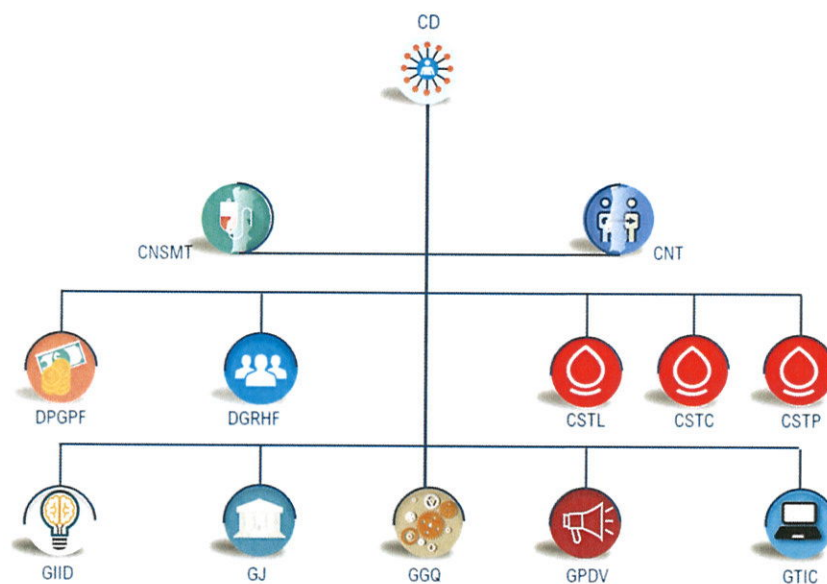
O Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP (PST, IP) é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia técnica, administrativa, financeira e património próprio.

Prossegue atribuições do Ministério da Saúde, sob superintendência e tutela da Senhora Secretária de Estado da Saúde tendo sido consagrado como parte integrante do SNS ao abrigo do novo Estatuto.

A definição da orgânica e a estrutura de serviços do IPST, IP constam do Decreto-Lei n.º 39/2012 e da Portaria n.º 165/2012, de 16 de fevereiro e 22 de maio, respetivamente.

Assegura, quer a nível nacional, quer com as necessárias particularizações regionais, as atividades de colheita, processamento, análise, armazenamento e distribuição de sangue e seus componentes, a gestão nacional do Registo Português de Dadores de Medula Óssea (CEDACE), a gestão da atividade do banco multitecidual, o processamento, armazenamento e distribuição de tecidos e células do cordão umbilical de origem humana (BPCCU) e as atividades de suporte relacionadas com a colheita de órgãos e tecidos no âmbito do sistema de saúde português, tanto no setor público, como privado, e ainda, as responsabilidades inerentes à seleção do par dador - recetor.

2.2 ORGANOGRAMA



Handwritten signature
Handwritten initials

2.3 MISSÃO

A **missão** do IPST, IP foi definida estatutariamente do seguinte modo:



Garantir e regular, a nível nacional, a atividade da medicina transfusional e da transplantação e garantir a dádiva, colheita, análise, processamento, preservação, armazenamento e distribuição de sangue humano, de componentes sanguíneos, de órgãos, tecidos e células de origem humana.

2.4 VISÃO

Visão do IPST, IP traduz-se em:



Promover a dádiva enquanto gesto transversal a toda a atividade do IPST, I.P. com o objetivo de contribuir para a vida humana em tempo e qualidade garantindo, para isso, que as boas práticas e inovação acompanhem o estado da arte.

Os valores adotados pelo IPST, IP resultam do assumir-se como uma instituição dedicada ao suporte da vida humana através das áreas do sangue e da transplantação.



Handwritten signature
Handwritten initials
 -5

O conjunto de atribuições está detalhado no Decreto-Lei n.º 39/2012, de 16 de fevereiro e define a missão e as atribuições do IPST, IP.

2.5 PARTES INTERESSADAS INTERNAS/EXTERNAS

Da análise dos fatores-chave nos ambientes interno e externo, pretende-se definir as linhas estratégicas de atuação do IPST, IP, por forma a permitir ao Instituto a focalização nos seus pontos fortes, a proteção contra eventuais ameaças e o aproveitamento das oportunidades.

A satisfação das necessidades das diversas partes interessadas é essencial para a atuação do IPST, IP, pelo que se identificam as partes interessadas do IPST, IP, por categorias.

A categorização das partes interessadas, conforme tabela seguinte, permitirá uma melhor análise do poder/interesse das mesmas sobre o IPST, IP.

- Governo/Tutela
- Autoridade competente para a Área do Sangue, órgãos, tecidos e células
- Entidades internacionais
- Clientes
- Entidades públicas e Privadas com Ação na Área do Sangue, órgãos, tecidos e células.
- Internacionais CEDACE
- Dadores
- Sociedade Civil (incluindo potenciais dadores e potenciais utentes)
- Fornecedores
- Colaboradores
- Associações e grupos de dadores
- Meios de comunicação social
- Outras entidades da saúde
- Outras Entidades
- Parceiros internacionais

Manoel Almeida
lit
6

2.6 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS

A avaliação do desempenho de cada serviço é baseada no QUAR, no contexto do SIADAP 1 - Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Serviços da Administração Pública. O IPST, IP definiu os objetivos para o QUAR de 2025 com base nos objetivos estratégicos estabelecidos pela gestão de topo.

Os Objetivos Estratégicos (OE) definidos para 2025 foram decompostos em Objetivos Operacionais (OOp), mensuráveis através de vários tipos de indicadores (de estrutura, realização e resultado) a fim de prosseguir metas ambiciosas, mas realistas e atingíveis.

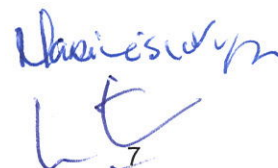
Para além do enquadramento dos OE na missão do IPST, IP, efetua-se a correspondência dos OOp com os OE, a adequação dos indicadores aos OOp, e procede-se à definição de metas face à previsão e recursos disponíveis no IPST, IP.

Deste modo, assegura-se o pleno alinhamento entre a missão institucional e os vários níveis de objetivos, garantindo-se que todas as áreas de atividade prioritárias para o IPST, IP são contempladas no QUAR 2025 ao nível dos OOp (sem prejuízo da prossecução de outros não evidenciados no QUAR, mas inerentes à atividade do Instituto, contemplados nas Unidades Orgânicas) e sujeitas a avaliação.

QUADRO OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/OPERACIONAIS

Tabela 1 - Matriz dos Objetivos Estratégicos de 2025

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	
OE1	Contribuir para a sustentabilidade da terapêutica transfusional em Portugal e suficiência gradual em medicamentos derivados do plasma
OE2	Contribuir para a sustentabilidade e incremento da medicina regenerativa e da transplantação em Portugal
OE3	Promover a melhoria contínua, a modernização organizacional e a imagem da Instituição
OE4	Reestruturação de serviços e reorganização da atividade do IPST, IP
OE5	Melhorar a sustentabilidade financeira do IPST,IP
OE6	Promover a retenção de RH



Nos termos da missão definida para o IPST, IP foram delineados seis objetivos estratégicos para o ano 2025, dois para as duas áreas funcionais, sangue e transplantação, e 4 para as áreas de suporte, dando especial ênfase à retenção de Recursos Humanos:

▪ **Áreas funcionais do sangue e da transplantação**

OE 1 Contribuir para a sustentabilidade da terapêutica transfusional em Portugal e suficiência gradual em medicamentos derivados do plasma.

OE 2 Contribuir para a sustentabilidade e incremento da medicina regenerativa e da transplantação em Portugal.

▪ **Áreas de suporte**

OE 3 Promover a melhoria contínua, a modernização organizacional e a imagem da Instituição.

OE 4 Reestruturação de serviços e reorganização da atividade do IPST, IP.

OE 5 Melhorar a sustentabilidade financeira do IPST, IP.

OE 6 Promover a retenção de RH.

Tabela 2 - Matriz de relacionamento Objetivos estratégicos/Objetivos operacionais de 2025

OBJETIVOS OPERACIONAIS		OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	OE 5	OE 6
OOp 1	Garantir a harmonização nacional da rede da medicina transfusional, desde a colheita à administração do sangue	X		X			
OOp 2	Relevância na autossuficiência em plasma proveniente de dádivas de sangue total	X		X	X	X	
OOp 3	Promover a articulação com os serviços hospitalares no âmbito das substâncias de origem humana	X		X	X		X
OOp 4	Desenvolver o banco multitecidualar		X	X		X	X
OOp 5	Boa gestão dos trabalhadores – Em colaboração com os profissionais, adotar medidas que promovam a motivação, a segurança e saúde no trabalho, ambientes de trabalho saudáveis e a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	X	X	X	X	X	X
OOp 6	Promover a divulgação de informação relevante para a atividade do IPST, IP, dentro e fora da instituição			X	X	X	X
OOp 7	Manter a atividade de Doação e Transplantação		X	X	X	X	X
OOp 8	Simplificação e desmaterialização dos processos IPST, IP	X	X	X	X	X	
OOp 9	Melhorar o desempenho financeiro	X	X	X	X	X	

Maíres Coltur 18

OOp 10	Reestruturar serviços e reorganizar a atividade	X	X	X	X	X	X
OOp 11	Avaliação pelos cidadãos	X	X	X			
OOp 12	Promover a formação, qualificação e capacitação contínua dos trabalhadores	X	X	X		X	X

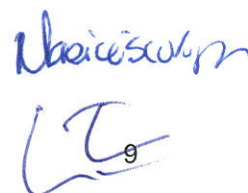
O QUAR 2025 identifica todos os indicadores associados à concretização de cada objetivo, permitindo uma monitorização regular da concretização de cada indicador e, indiretamente, da taxa de realização dos objetivos.

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

No QUAR 2025, as seis linhas estratégicas, consubstanciadas em objetivos estratégicos, definidas pelo Conselho Diretivo do IPST, IP desdobram-se em 12 objetivos operacionais com metas determinadas, medidos por 53 indicadores que abrangem os parâmetros de Eficácia, Eficiência e Qualidade da atividade do IPST, IP.

O Sistema de Gestão Integrado (SGIQC) implementado envolve uma avaliação periódica dos resultados obtidos face aos objetivos estabelecidos. Esta avaliação pressupõe a implementação de ações perante o não atingimento das metas delineadas e a operacionalização de estratégias bem definidas para o alcance dos pressupostos. O acompanhamento é realizado com os responsáveis das Unidades Orgânicas (UO) e Unidades Homogéneas (UH) e traduz-se num ciclo de melhoria contínua.

A comunicação dos resultados dos indicadores é efetuada através de reuniões periódicas, denominadas “Revisão pela Gestão” e disponibilizadas a todos os colaboradores através dos relatórios digitais. Esta comunicação permite que todos os colaboradores estejam informados do desempenho das diferentes áreas, que antevêm a necessidade da implementação de medidas corretivas e que estejam envolvidos na missão, visão, valores e políticas Institucionais.


LT₉

3. RELATÓRIO DE GESTÃO

3.1. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL

As atividades do IPST foram asseguradas por recursos financeiros provenientes de:

- Receitas próprias;
- Transferências gerais entre organismos.

As fontes relativas ao saldo de gerência (316 e 522) são movimentadas através do SG inicial e na restituição do SG para a entidade coordenadora.

Estes recursos financeiros são classificados no orçamento do IPST nas fontes de financiamento discriminadas na tabela seguinte:

ORÇAMENTO DO IPST	FONTE FINANCIAMENTO
RECEITA PRÓPRIA	513
TRANSFERÊNCIAS RECEITA GERAIS ENTRE ORGANISMOS	319
SALDOS DE RI COM ORIGEM EM TRANSFERÊNCIAS ENTRE ENTIDADES	316
SALDOS DE RP TRANSITADOS COM OUTRAS ORIGENS	522

3.1.1. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL DA RECEITA

No ano de 2025, o orçamento da receita apresentava-se dividido por fonte de financiamento da seguinte forma:

FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO INICIAL	RECEITA COBRADA	TAXA DE EXECUÇÃO
319	1 219 942 €	1 646 €	0,13%
513	72 299 593 €	44 688 756 €	61,81%
316	67 341 €	67 341 €	100,00%
522	3 381 827 €	3 381 827 €	100,00%

Handwritten signature and initials
 Lt 10

3.1.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Em 2025 a execução orçamental da receita foi de 62,54% conforme se pode verificar no quadro abaixo:

RUBRICA	PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITA COBRADA BRUTA	TAXA DE EXECUÇÃO
RECEITAS CORRENTES	73 518 535 €	44 690 403 €	60,79%
R6 VENDAS DE BENS E SERVIÇOS	72 193 813 €	44 647 235 €	61,84%
R7 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	49 000 €	19 081 €	38,94%
R5.1.1.2 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - OUTRAS ENTIDADES	1 219 942 €	1 646 €	0,13%
R5.1.2 EXTERIOR E.U.	15 780 €	15 780 €	100,00%
R4 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	25 000 €	6 661 €	26,64%
R3 TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	15 000 €	0 €	0,00%
RECEITAS DE CAPITAL	1 000 €	0 €	0,00%
R11 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS AOS PAGAMENTOS	1 000 €	0 €	0,00%
OUTRAS RECEITAS	3 449 168 €	3 449 167 €	100,00%
R14 SALDO DE GERÊNCIA ANTERIOR	3 449 168 €	3 449 167 €	100,00%
TOTAL	76 968 703 €	48 139 570 €	62,54%

3.1.3 ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL DA DESPESA

FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO INICIAL	DESPESA PAGA	TAXA DE EXECUÇÃO
319	1 219 942 €	0 €	0,00%
513	69 463 247 €	44 688 756 €	64,33 %
522	2 836 346 €	2 836 346 €	

3.1.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Em 2025 a execução orçamental da despesa foi de 64,54% conforme se pode verificar no quadro abaixo:

Manoel Soares
*LT*¹¹

RUBRICA	PREVISÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA LÍQUIDA	TAXA DE EXECUÇÃO
DESPESAS CORRENTES	71 830 035 €	47 183 726 €	65,69%
D.1.1 REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	17 722 153 €	14 470 777 €	81,65%
D.1.2 ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	3 578 815 €	3 526 874 €	98,55%
D.1.3 SEGURANÇA SOCIAL	4 428 532 €	3 951 241 €	89,22%
D.2 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	45 259 235 €	24 524 538 €	54,19%
D.3 JUROS E OUTROS ENCARGOS	13 500 €	10 130 €	75,04%
D.4.1.2 ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO	700 000 €	655 592 €	93,66%
D.4.1.3 FAMILIAS	58 000 €	0 €	0,00%
D.5 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	69 800 €	44 572 €	63,86%
DESPESAS DE CAPITAL	1 689 500 €	341 377 €	20,21%
D.6 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1 634 619 €	286 497 €	17,53%
D.7.1.1.2 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - OUTRAS ENTIDADES	54 881 €	54 879 €	100,00%
TOTAL	73 519 535 €	47 525 102 €	64,64%

3.2. RECURSOS HUMANOS

Fazendo uma análise comparativa dos Recursos Humanos do IPST, considerando a sua globalidade, ou seja, profissionais contratados por tempo indeterminado, por tempo determinado, podemos verificar que o Instituto, apresenta uma variação de mais 10 trabalhadores face ao ano anterior, conforme se pode verificar no quadro abaixo:

Análise Comparativa de Distribuição dos Recursos Humanos - 2025/2024

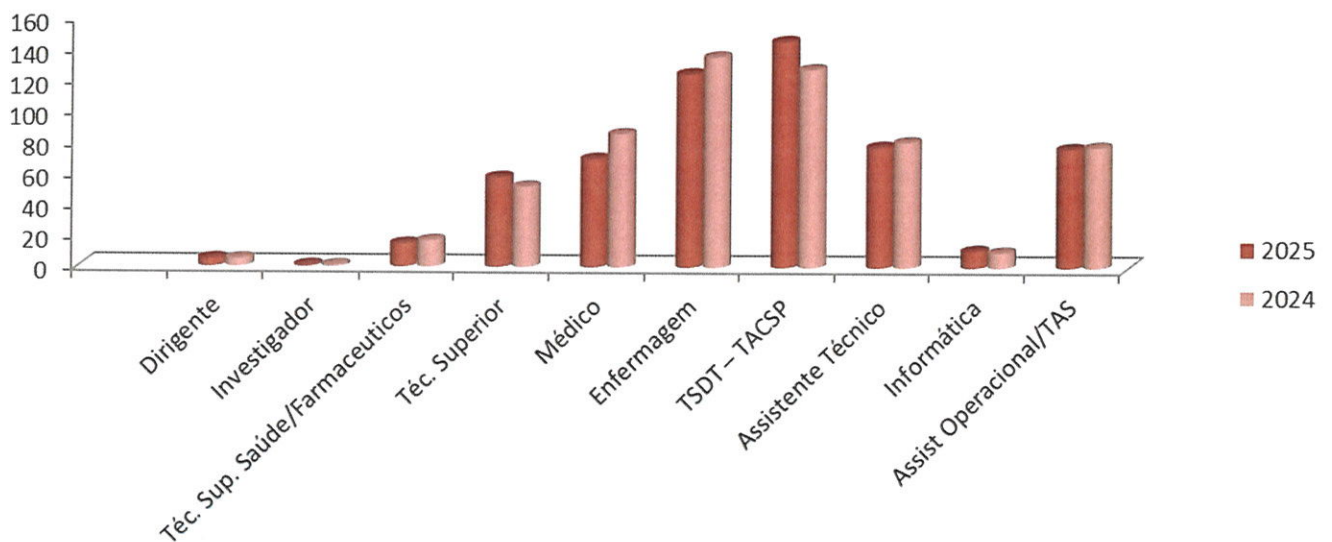
Grupos Profissionais	CTI	CTC	Contrato Tarefa	Total 2025	CTI	CTC	Contrato Tarefa	Total 2024	Δ % 2025/2024
Dirigente	5	0	0	5	5	0	0	5	0%
Investigador	1	0	0	1	1	0	0	1	0%
Téc. Sup. Saúde	14	0	1	15	15	1	1	17	-13%
Téc. Superior	55	2	1	58	44	8	0	52	10%
Médico	18	0	52	70	18	0	68	86	-23%
Enfermagem	87	0	38	125	89	0	47	136	-9%

Handwritten signature and initials

TDT – TACSP	134	3	9	146	124	4	0	128	12%
Assistente Técnico	78	0	0	78	60	19	2	81	-4%
Informática	11	0	0	11	9	1	0	10	9%
Assist. Operacional/TAS	71	6	0	77	62	15	1	78	-1%
TOTAL	427	48	119	594	433	51	114	598	-1%
	485			475					

Distribuição dos Recursos Humanos (CTI, CTC e Tarefas) por Grupo Profissional

Comparação do ano de 2025/2024



Conforme se pode verificar no quadro acima, o decréscimo mais significativo verificou-se no grupo profissional Médicos (-16) e Enfermagem (-11), grupos esses que tem sido muito difícil recrutar em regime de tarefa para a administração pública.

No ano de 2025, o IPST, IP, deu continuidade ao reforço das suas equipas através do desenvolvimento de diversos processos de recrutamento, enquadrados quer em deliberações do Conselho Diretivo, quer em despachos ministeriais e procedimentos centralizados.

Estes processos de recrutamento abrangeram um total de **94 postos de trabalho**, distribuídos pelas diferentes carreiras e modalidades contratuais, conforme se detalha:

Handwritten signature 13

• **Procedimentos concursais para contratos por tempo indeterminado (CTFPT indeterminado)**, incluindo autorizações no âmbito do Despacho n.º 3186/2024, de 26 de março, do Despacho n.º 4741-A/2025, de 17 de abril, bem como deliberações do Conselho Diretivo:

- o Técnicos Superiores: 9 postos de trabalho;
- o Assistentes Técnicos: 16 postos de trabalho;
- o Técnicos Auxiliares de Saúde (TAS): 15 postos de trabalho;
- o Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica (TSDT): 6 postos de trabalho;
- o Enfermeiros: 3 postos de trabalho;
- o Médicos Assistentes (Saúde Pública, Patologia Clínica e Imuno-hemoterapia): 5 postos de trabalho;
- o Diretor Técnico: 1 posto de trabalho.

• **Procedimentos concursais para contratos a termo certo (CTFPT certo – SNS)**, ao abrigo de deliberações do Conselho Diretivo:

- o Assistentes Operacionais: 15 postos de trabalho;
- o Assistentes Técnicos: 7 postos de trabalho;
- o Técnicos Superiores: 4 postos de trabalho.

• **Procedimentos concursais para contratos a termo incerto (CTFPT incerto – SNS)** ao abrigo de deliberações do Conselho Diretivo:

- o Técnicos Auxiliares de Saúde (TAS): 6 postos de trabalho;
- o Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica (TSDT): 2 postos de trabalho;
- o Assistentes Técnicos: 1 posto de trabalho.

• **Outros procedimentos:**

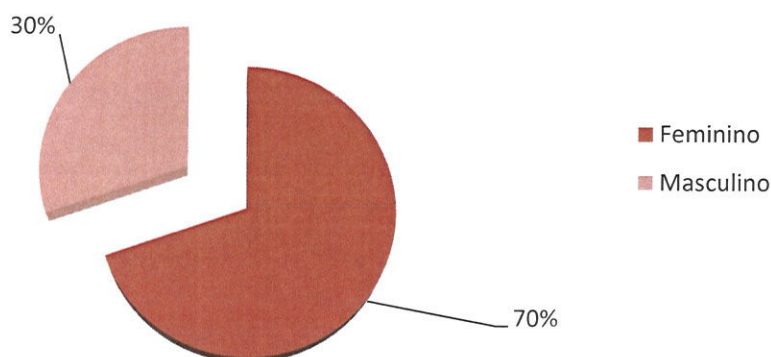
- o Procedimento concursal centralizado: 1 posto de trabalho para Técnico Superior;
- o Procedimentos ao abrigo de pedidos de autorização (Cedência Interesse Público): 3 postos de trabalho (incluindo Técnico Superior e TSDT).

Manicé Saul

ct 14

No total, os processos de recrutamento desenvolvidos em 2025 abrangeram **94 postos de trabalho**, demonstrando o esforço contínuo do IPST, IP, no reforço e qualificação dos seus recursos humanos, com vista à prossecução da sua missão no âmbito do Serviço Nacional de Saúde.

Distribuição dos Recursos Humanos (CTI e CTC) por Género



Como se pode verificar pelo gráfico anterior, os recursos humanos do IPST são 70% do género feminino e 30% do género masculino.

3.3. RECURSOS FINANCEIROS

3.3.1. RENDIMENTO ECONÓMICO-FINANCEIRO

BALANÇO			
RUBRICAS	2025	2024	Δ% 2025/2024
ATIVO			
Ativo Não Corrente	14 823 614 €	15 306 898 €	-3,16%
Ativo Corrente	35 407 301 €	45 304 548 €	-21,85%
TOTAL ATIVO	50 230 915 €	60 611 446 €	-17,13%
FUNDO PATRIMONIAL			

Maria Escobar

ht
15

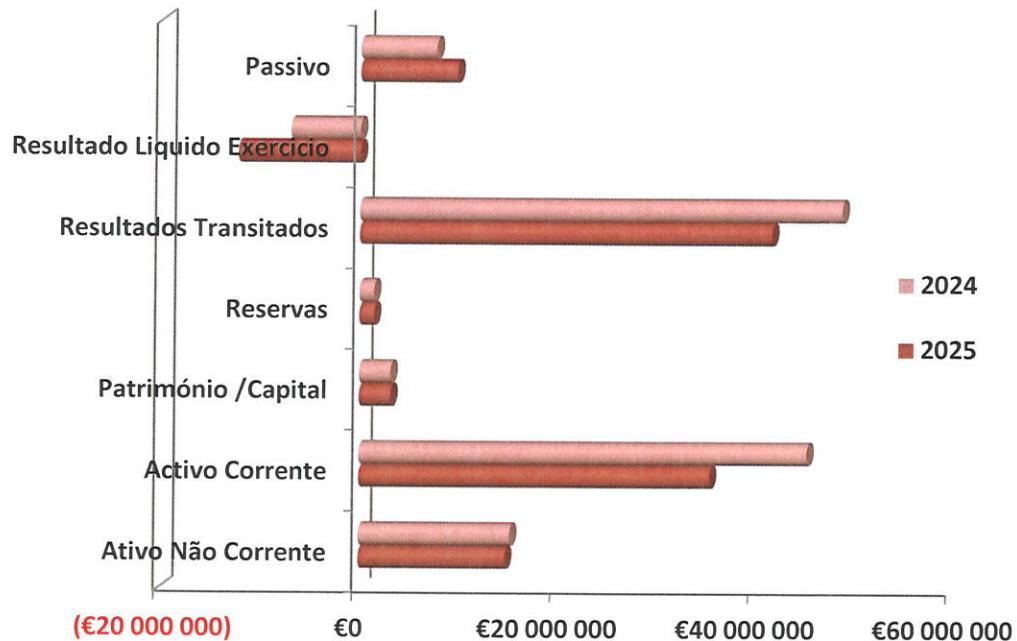
Património/Capital	3 212 316 €	3 212 316 €	0,00%
Reservas	1 482 341 €	1 482 341 €	0,00%
Resultados Transitados	41 699 897 €	48 806 463 €	-14,56%
Outras Variações no Património Líquido	6 393 053 €	6 499 550 €	-1,64%
Resultado Líquido Exercício	-12 380 568 €	-7 106 566 €	-74,21%
TOTAL FUNDO PATRIMONIAL	40 407 040 €	52 894 103 €	-23,61%
PASSIVO			
Passivo Não Corrente	378 902 €	340 657 €	11,23%
Passivo Corrente	9 444 974 €	7 376 686 €	28,04%
TOTAL PASSIVO	9 823 876 €	7 717 343 €	27,30%
TOTAL FUNDO PATRIMONIAL + PASSIVO	50 230 915 €	60 611 446 €	-17,13%

Da análise do Balanço realçamos os factos que nos se afiguram mais significativos, nomeadamente:

- O Ativo diminuiu em cerca de 10M€ em 2025, face ao ano de 2024, que representa uma diminuição de 17,13%.
- O Resultado Líquido do Exercício foi negativo no montante de – 12,38M€, tendo-se verificado um acréscimo face ao resultado líquido do exercício (RLE) do ano de 2024.
- O Fundo Patrimonial foi influenciado pelo saldo de gerência do ano anterior e pelo resultado líquido do exercício;
- No Passivo do IPST, IP verifica-se um aumento de 27,30% face ao ano de 2024, justificado pelo aumento da dívida a fornecedores, que aumentou 61,65% face a 2024.

Maria Sousa
CT
16

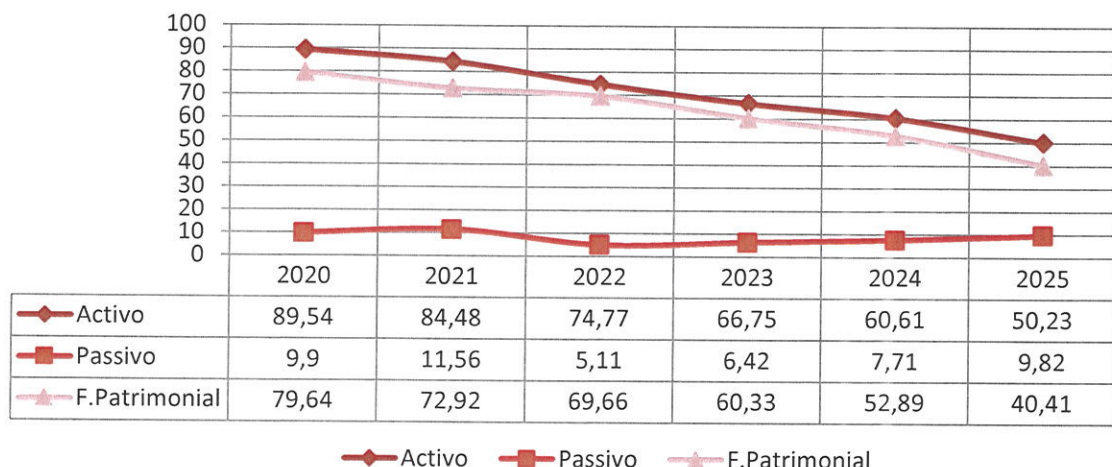
BALANÇO



Como se pode verificar no exercício de 2025 o resultado líquido do exercício aumentou em 74,21% face ao ano transato, sendo de -12,38€, conforme justificado anteriormente.

O Conselho Diretivo do IPST,IP, deliberou propor transferir para a conta de resultados transitados o resultado líquido do exercício de 2025, no valor de -12.380.568€.

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL (M€)



Maria dos Santos
Luís

Da análise da evolução patrimonial (M€) verifica-se uma variação negativa de 10,38M€ do ativo e um aumento do passivo em cerca de 2,11M€ levando a uma diminuição do fundo patrimonial em 12,49M€.

3.3.2. EVOLUÇÃO E ANÁLISE

A evolução económica do IPST, IP, tinha sido positiva até 2014, com resultados positivos nos últimos 5 anos, no ano de 2015 houve uma mudança sendo o resultado apresentado negativo, devido às perdas por imparidade do exercício (anteriormente provisões) que dizem respeito a entidades que detinham dívida há mais de cinco anos (política seguida pelo IPST até 2022), bem como aos preços de venda praticados, que se encontram definidos na portaria 207/2017. Esta inversão dos resultados manteve-se em 2016, 2017 e em 2018.

No ano de 2017, após várias comunicações à Tutela e ACSS reportando a situação do IPST relativa à existência de avultadas dívidas de entidades públicas e após a realização de várias reuniões conseguiu-se elaborar um acordo com o Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E para o pagamento de prestações mensais no último trimestre do ano, o que se traduziu numa redução das provisões acumuladas. No entanto, os atrasos de pagamentos verificados e a antiguidade dos saldos em dívida de algumas entidades públicas, em 2017 as provisões de cobrança duvidosa foram reforçadas em 14.081.403 €.

Em 2018 e após uma auditoria do Tribunal de Contas às dívidas de clientes do IPST,IP, efetuou-se um plano de pagamento com o Centro Hospitalar Lisboa Norte e com o Centro Hospitalar Lisboa Central para a pagamento de dívida mais antiga que parte dela já estava reconhecida como dívida de cobrança duvidosa, o que implicou uma diminuição desta rubrica fazendo diminuir os gastos e por sua vez aumentar os resultados.

Em 2019, continuou o IPST a recuperar a dívida de clientes o que fez uma vez mais diminuir a dívida reconhecida em cobrança duvidosa o que fez diminuir os gastos e por sua vez aumentar os resultados.

O aumento de Rendimentos no ano de 2019 foi de cerca de 9,4M € em relação ao ano anterior, dos quais 5,3M € foram relativos à distribuição dos produtos derivados do plasma.

Em 2020 e apesar da Pandemia sentida por todos e em especial pelos Hospitais (os nossos maiores clientes), o Instituto aumentou a cobrança em cerca de 3,71M€ em relação a 2019.

No decorrer do ano de 2021, continuou o IPST a recuperar a dívida de clientes o que fez uma vez mais diminuir a dívida reconhecida em cobrança duvidosa. Verificou-se uma grande diminuição referente às reversões entre os anos de 2020 e 2021.

No ano de 2022 e com base na instrução da ACSS referente ao ponto 5.5 do Manual de Consolidação “No que respeita a saldos existentes entre entidades do perímetro não deve ser constituída ou reforçada qualquer imparidade no período a que respeita o processo de consolidação e, no caso de haver imparidades constituídas em anos anteriores, as mesmas devem ser revertidas”, procedeu o Instituto em conformidade tendo efetuada a devida reversão.

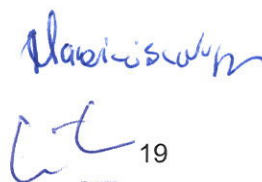
No ano de 2023, continuou o IPST a recuperar a dívida de clientes, verificando-se uma diminuição de 5,24M€ comparativamente ao ano de 2022.

Em 2024 continuou o IPST com resultado negativo, apesar de ter recuperado 13,90% em relação a 2023.

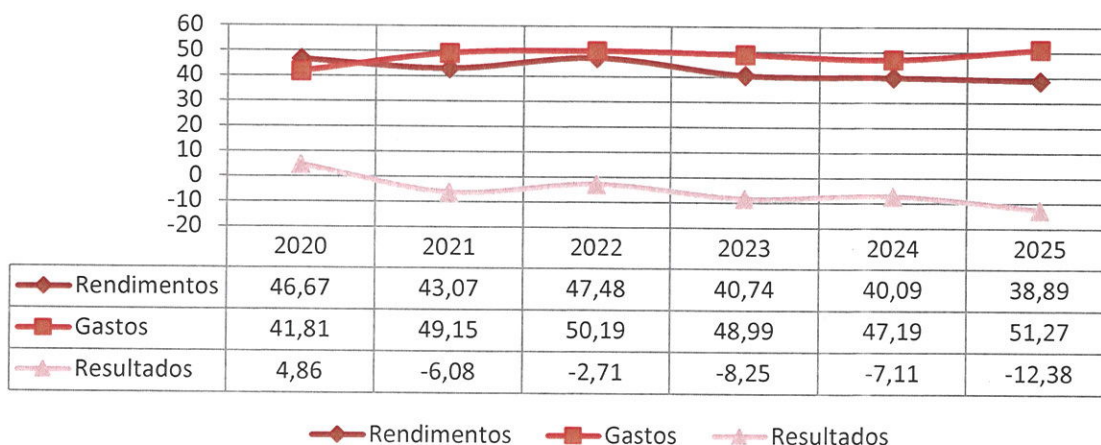
No ano de 2025, a dívida de clientes diminuiu face a 2024 em 5,2 M€, o que representa uma diminuição de 24,90%.

Em 2025 o IPST continuou com resultados ainda mais negativos, fruto do aumento das despesas com pessoal, ajustamento das especializações, consumos relativos a novo produto (chips de RFID) para localização da matéria prima - plasma, bem como o aumento dos consumos relativos ao controlo bacteriológico do Laboratório do controlo de qualidade do produto de modo a garantir a qualidade e segurança do produto.

A prestação de serviços manteve-se a níveis idênticos ao ano de 2024, tendo-se verificado a manutenção dos preços que constam da portaria 207/2017. A manter-se a atividade e o financiamento do Instituto a tendência serão resultados negativos. No entanto, face à missão do IPST, não está em causa a continuidade da entidade.


19

EVOLUÇÃO RESULTADOS (M€)

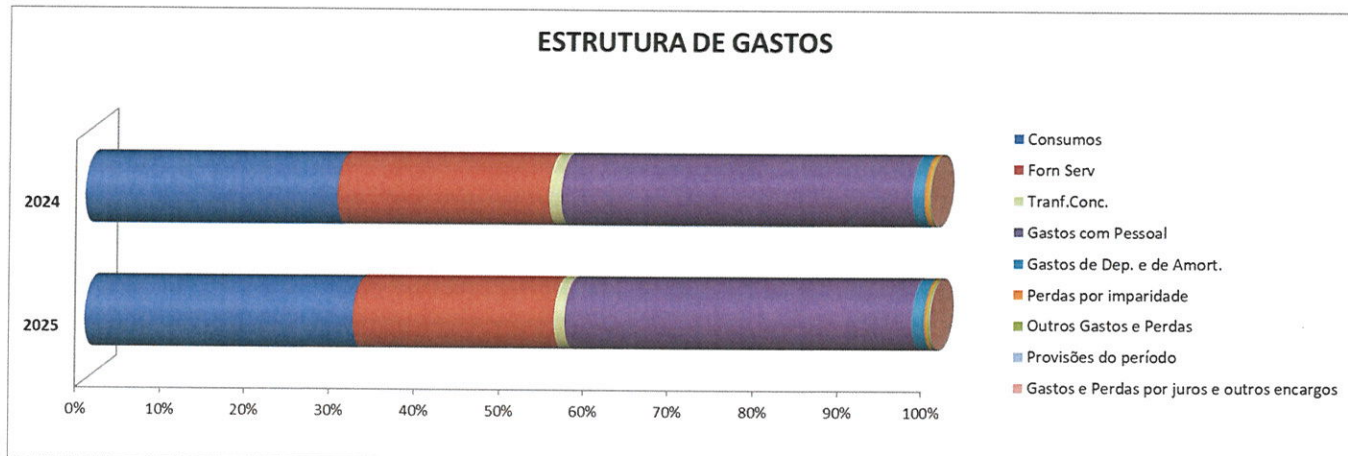


3.4. GASTOS E PERDAS

ESTRUTURA DE GASTOS

RUBRICAS	2025		2024	
	Montante	Peso Estrutural (%)	Montante	Peso Estrutural (%)
Transferências e Subsídios Concedidos	655 592 €	1,28%	682 792 €	1,45%
CMC (Consumos)	16 277 237 €	31,73%	14 081 834 €	29,84%
Fornecimentos e Serviços Externos – FSE	12 170 349 €	23,73%	11 787 546 €	24,98%
Gastos com Pessoal	21 058 032 €	41,05%	19 606 690 €	41,55%
Gastos de Depreciação e de Amortização	765 329 €	1,49%	676 351 €	1,43%
Perdas por Imparidade	156 044 €	0,30%	242 694 €	0,51%
Provisões do Período	38 245 €	0,07%	15 203 €	0,03%
Outros Gastos e Perdas	164 877 €	0,32%	98 519 €	0,21%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	10 138 €	0,02%	1 627 €	0,00%
Total Gastos	51 295 842 €	100,00%	47 193 255 €	100,00%

Handwritten signature:
Handwritten initials: LT²⁰



A estrutura de gastos revela um aumento de 4,1 M€ em comparação com o ano de 2024, essencialmente relacionado com o aumento de gastos de pessoal, aumento dos FSE e o aumento de consumos. Parte do aumento de consumos está diretamente relacionado com a distribuição de derivados do plasma, plasma inativado, produto recebido no final do ano de 2024.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS

A rubrica de transferências correntes concedidas registou 655.592€ em 2025, relativo aos subsídios concedidos às Associações de Dadores de Sangue.

CUSTOS DAS MATÉRIAS VENDIDAS E CONSUMIDAS (CONSUMOS)

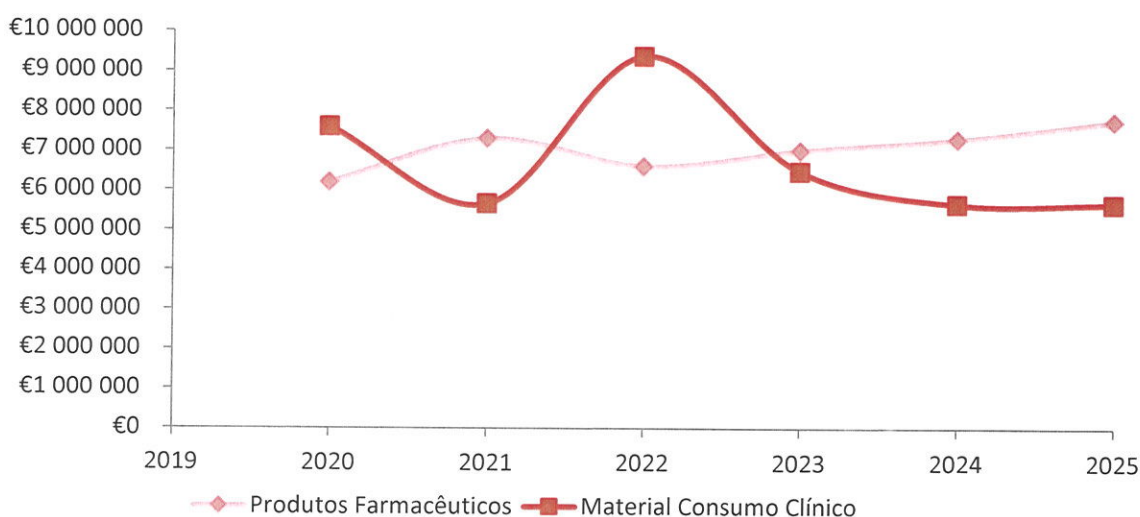
RUBRICA	2025	2024	Δ% 2025/2024
Mercadorias	1 708 857 €	331 628 €	415,29%
Produtos Farmacêuticos	7 761 096 €	7 301 311 €	6,30%
Material de Consumo Clínico	5 674 277 €	5 669 156 €	0,09%
Produtos Alimentares	506 690 €	518 482 €	-2,27%
Material de Consumo Hoteleiro	58 760 €	62 599 €	-6,13%
Material de Consumo Administrativo	560 970 €	175 841 €	219,02%
Material de Manutenção e Conservação	6 586 €	22 818 €	-71,14%
TOTAL	16 277 237 €	14 081 834 €	15,59%

Handwritten signature
21

Em 2025, registou-se um aumento de 2.195.403€ na totalidade dos consumos. As rubricas de maior aumento foram as mercadorias, justificados pelo aumento da distribuição de derivados do plasma e a de material de consumo administrativo, relativo ao consumo de chips para monitorização do plasma.

No gráfico infra encontra-se representada a evolução dos consumos verificados nas duas rubricas com maior peso na estrutura de Consumos durante os últimos anos.

EVOLUÇÃO DOS CONSUMOS




No ano de 2025 verifica-se uma diminuição mais acentuada do consumo de material de consumo clínico (MCC) devido à diminuição de unidades colhidas.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

MAPA COMPARATIVO DE FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

RUBRICA	2025	2024	Δ % 2025/2024
Subcontratos e concessões de serviços	5 458 986 €	5 199 312 €	4,99%
Serviços Especializados	3 125 680 €	3 090 781 €	1,13%
Materiais de Consumo	7 649 €	95 578 €	-92,00%

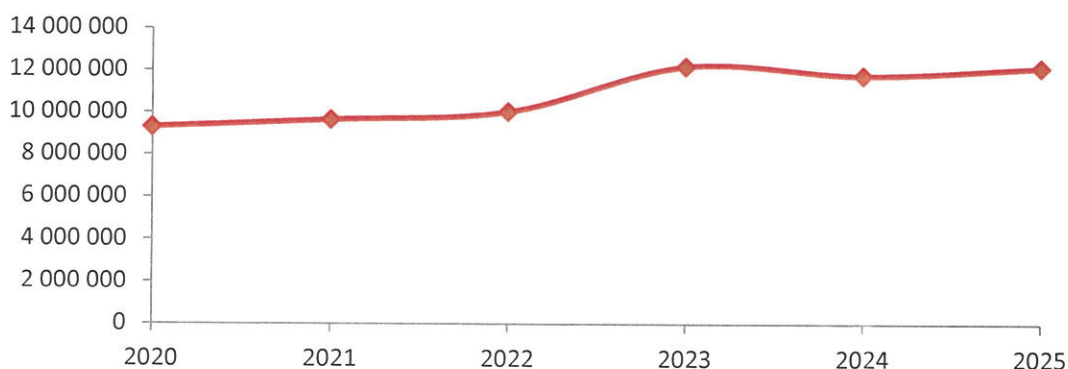
Manoel Escalpin

 22

Energia e Fluidos	621 357 €	681 929 €	-8,88%
Deslocações, Estadas e Transportes	754 704 €	692 274 €	9,02%
Serviços Diversos	2 201 972 €	2 027 673 €	8,60%
TOTAL	12 170 349 €	11 787 546 €	3,24%

Na rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” verificou-se um aumento de 3,24% em relação ao ano transato conforme se especifica no quadro acima.

Verifica-se um aumento da rubrica de deslocações, estadas e transportes de 9,02% e serviços diversos de 8,60%.

EVOLUÇÃO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS



MAPA COMPARATIVO DISCRIMINADO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

RUBRICA			Δ%
	2025	2024	2025/2024
Estudos, Pareceres e Consultadoria Jurídica	70 479 €	76 752 €	-8,17%
Projetos e Serviços Informática	6 138 €	1 193 €	414,43%
Estudos e Projetos de Arquitetura e Fiscalização	600 €	0 €	-
Qualidade e Segurança no Trabalho	18 448 €	7 731 €	138,62%
Organização de Eventos	31 109 €	41 238 €	-24,56%
Formação ao Pessoal	41 934 €	98 403 €	-57,39%

Manuscrito Lit 23

Outros Trabalhos Especializados	243 217 €	229 165 €	6,13%
Publicidade, Comunicação e Imagem	47 706 €	56 554 €	-15,65%
Vigilância e Segurança	645 270 €	564 967 €	14,21%
Honorários	1 081 291 €	1 083 146 €	-0,17%
Conservação e Reparação	911 125 €	931 003 €	-2,14%
Outros Serviços Especializados	28 364 €	628 €	4416,53%
TOTAL	3 125 680 €	3 090 781 €	1,13%

Na rubrica de Serviços Especializados verificou-se um aumento global de 1,13%, com especial incidência na rubrica Vigilância e Segurança com um aumento de 80.303€.

MAPA COMPARATIVO DISCRIMINADO DO MATERIAL DE CONSUMO

RUBRICA	2025	2024	Δ%
			2025/2024
Peças e Ferramentas e utensílios de desgaste	2 426 €	5 817 €	-58,29%
Livros e documentação Técnica	30 €	68 519 €	-99,96%
Material de escritório	667 €	833 €	-19,97%
Artigos de Oferta e de Publicidade	1 381 €	695 €	98,71%
Artigos de Higiene e Limpeza, Vestuário	132 €	358 €	-63,11%
Medicamentos para a Saúde	570 €	589 €	-3,23%
Produtos Químicos e de Laboratório	26 €	5 €	400,20%
Outros materiais	2 418 €	18 761 €	-87,11%
TOTAL	7 650 €	95 578 €	-92,00%

Na rubrica Material de Consumo apresentou um decréscimo global de 92,00% em relação ao período anterior, sendo de realçar que o valor desta rubrica não é materialmente relevante.

Manoel's work
L.T. 24

MAPA COMPARATIVO DE ENERGIA E FLUÍDOS

RUBRICA	2025	2024	Δ % 2025/2024
Eletricidade	484 532 €	545 427 €	-11,16%
Combustíveis e Lubrificantes	43 117 €	45 520 €	-5,28%
Água	22 712 €	21 057 €	7,86%
Outros	70 997 €	69 925 €	1,53%
TOTAL	621 357 €	681 929 €	-8,88%

No geral nesta rubrica de Energia e Fluidos verifica-se uma diminuição de 8,88% face ao ano anterior, justificado pela diminuição do preço da Eletricidade, conforme referido anteriormente.

MAPA COMPARATIVO DE DESLOCAÇÕES E ESTADAS

RUBRICA	2025	2024	Δ% 2025/2024
Deslocações e Estadas	96 685 €	73 439 €	31,65%
Transporte de Pessoal	12 773 €	14 272 €	-10,50%
Transporte de Mercadorias e outros Bens	623 612 €	584 019 €	6,78%
Outros	21 634 €	20 855 €	3,74%
TOTAL	754 704 €	692 585 €	8,97%

Na rubrica Transportes de mercadorias e Outros Bens é apresentado um aumento de 6,78% relativo ao ano anterior, justificado também pelo aumento do ordenado mínimo.

MAPA COMPARATIVO DE OUTRAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇO

RUBRICA	2025	2024	Δ % 2025/2024
Rendas e Alugueres	1 563 995 €	1 358 749 €	15,11%
Comunicações	184 750 €	189 564 €	-2,54%

Seguros	13 894 €	14 004 €	-0,79%
Limpeza, Higiene e Conforto	406 838 €	428 281 €	-5,01%
Outros Serviços	32 495 €	37 075 €	-12,35%
TOTAL	2 201 972 €	2 027 673 €	8,60%

Nesta rubrica outras Prestações de Serviço, é apresentado um aumento de 8,60% face ao ano anterior, justificado pelo aumento na rúbrica de rendas e alugueres que aumentou 205.246€ em aluguer de viaturas e aluguer de outros equipamentos.

GASTOS COM O PESSOAL

RUBRICA	2025	2024	Δ % 2025/2024
Remuneração Órgãos Sociais e de Gestão	166 765 €	161 434 €	3,30%
Remuneração Base	10 816 785 €	9 954 681 €	8,66%
Subsidio de Férias	1 017 694 €	1 169 117 €	-12,95%
Subsidio de Natal	923 621 €	819 024 €	12,77%
Despesas de Representação	12 268 €	11 730 €	4,59%
Subsidio de Refeição	614 642 €	603 655 €	1,82%
Abonos Variáveis e Eventuais	3 469 486 €	3 144 420 €	10,34%
Indeminizações	33 689 €	12 368 €	172,39%
Encargos sobre Remunerações	3 854 361 €	3 561 169 €	8,23%
Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3 048 €	2 416 €	26,12%
Gastos de Acção Social	32 717 €	24 080 €	35,87%
Outros Gastos Com Pessoal	3 636 €	4 360 €	-16,62%
Outros Encargos Sociais	109 321 €	138 236 €	-20,92%
TOTAL	21 058 032 €	19 606 690 €	7,40%

Handwritten signature 26

Os gastos com pessoal aumentaram no presente exercício 7,40% em relação ao ano transato.

Apesar de não terem sido ocupados todos os postos de trabalho autorizados para o ano de 2025, a despesa com pessoal registou um acréscimo significativo. Este aumento resulta de vários fatores estruturais e legais que impactaram nas despesas com pessoal do Instituto, nomeadamente:

Alterações na Estrutura das Carreiras

Face às várias alterações legislativas, verificaram-se acréscimos remuneratórios decorrentes de atualizações, transições e reposicionamentos em várias carreiras, destacando-se:

o Alterações na carreira de Enfermagem, decorrentes da revisão das estruturas remuneratórias ao abrigo do Decreto-Lei n.º 111/2024, de 19 de dezembro;

o Alterações remuneratórias aplicáveis aos Técnicos Auxiliares de Saúde, nos termos do Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro, designadamente para trabalhadores com 30 anos de serviço;

o Reposicionamento na nova estrutura da carreira especial médica, de acordo com o Decreto-Lei n.º 46/2025, de 27 de março;

o Reposicionamento na nova estrutura da carreira especial farmacêutica, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45/2025, de 27 de março;

o Reposicionamento dos enfermeiros especialistas, com efeitos retroativos a 2019, conforme orientações da ACSS;

o Aplicação do regime de dedicação plena aos médicos do IPST, autorizada pelo Gabinete do Secretário de Estado da Saúde.

Progressões e Alterações de Posicionamento Remuneratório Obrigatório

O impacto da progressão nas carreiras manteve-se determinante para o aumento da despesa, nomeadamente devido ao sistema de avaliação de desempenho (SIADAP) e à aplicação do Decreto-Lei n.º 75/2023, de 29 de agosto, que introduziu um regime de aceleração das carreiras.

Aumento Salarial Transversal

Conforme definido para a Administração Pública, verificou-se um aumento salarial anual aplicável a todas as carreiras, contribuindo também para o crescimento da despesa global com Recursos Humanos.

Importa ainda referir que, contrariamente ao período anterior, se verificou um aumento do número de trabalhadores, tendo o Instituto terminado o ano de 2025 com 485 trabalhadores no mapa de pessoal, face a 475 em 2024. Ainda assim, os fatores acima referidos contribuíram de forma determinante para o acréscimo dos encargos com pessoal registado ao longo do ano.

3.5. RENDIMENTOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CONCESSÕES

Rubricas	2025	2024	Δ %
			2025/2024
MCDT	9 902 408 €	12 412 995 €	-20,23%
Unidades Terapêuticas de Sangue	27 738 958 €	25 000 167 €	10,96%
Outras	504 380 €	666 788 €	-24,36%
Concessões	6 507 €	5 550 €	17,25%
TOTAL	38 152 253 €	38 085 499 €	0,18%

Francisco M. Ute 28

Verificou-se uma diminuição da rubrica MCDT em 20,23% face ao ano anterior, correspondente a cerca de 2,5 M€, justificada pela redução da realização de exames complementares. No entanto, este impacto foi compensado pelo aumento das unidades terapêuticas de sangue, decorrente do crescimento na distribuição de derivados de plasma.

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS

Rubricas	2025	2024	Δ % 2025/2024
Transferências Correntes ACSS	522 343 €	513 016 €	2%
Transferências Correntes UE Fundos Comunitários	15 780 €	80 540 €	-80%
TOTAL	538 123 €	593 556 €	-9,34%

Em relação a “Transferências e Subsídios Correntes Obtidos” como se pode verificar houve uma diminuição de 9,34% em relação ao ano de 2024, justificado pela diminuição das transferências correntes EU Fundos Comunitários.

ESTRUTURA DE RENDIMENTOS

RUBRICAS	2025		2024	
	Montante	Peso Estrutural (%)	Montante	Peso Estrutural (%)
Imposto, taxas e outros	15 379 €	0,04%	487 550 €	1,22%
Prestações de Serviços	38 152 253 €	98,04%	38 085 499 €	95,01%
Transferências Subsídios Correntes Obtidos	538 123 €	1,38%	593 556 €	1,48%
Reversões	25 714 €	0,07%	29 628 €	0,07%
Outros Rendimentos e Ganhos	183 805 €	0,47%	890 767 €	2,22%
TOTAL	38 915 273 €	100,00%	40 087 001 €	100,00%

Verificou-se uma diminuição dos rendimentos em 1,17M€, justificado pela diminuição da rubrica impostos, taxas e outros e outros rendimentos e ganhos face a 2024.

3.6. RÁCIOS

INDICADORES DE GESTÃO	2025	2024	Δ % 2025/2024
Prestação de Serviços	38 152 253 €	38 085 499 €	0,18%
Resultado Líquidos	-12 380 568 €	-7 106 566 €	74,21%
Ativo Total Líquido	50 230 915 €	60 611 446 €	-17,13%

ANÁLISE ECONÓMICA	2025	2024	Δ % 2025/2024
Rentabilidade Financeira	-30,64%	-13,44%	127,97%
Rendabilidade Económica	-24,65%	-11,72%	110,30%
Prazo médio de Cobrança (mês)	4,94	6,59	-24,98%
Prazo médio de Pagamento (mês)	2,36	1,72	37,25%

ANÁLISE FINANCEIRA	2025	2024	Δ % 2025/2024
Grau de Autonomia	0,80	0,87	-7,54%
Grau de Dependência	0,20	0,13	50,44%
Solvabilidade	4,11	6,85	-39,95%
Liquidez Geral	3,75	6,14	-38,94%

- O prazo médio de cobrança exibe um valor de 4,94 meses, apresentando uma diminuição significativa face ao ano anterior. Este prazo está relacionado com a recuperação de dívidas das entidades públicas, onde a Tutela tem feito insistências para que as entidades públicas paguem ao Instituto.
- O prazo médio de pagamento exibe um valor de 2,36 meses, apresentando um aumento de 37,25% face ao ano anterior.

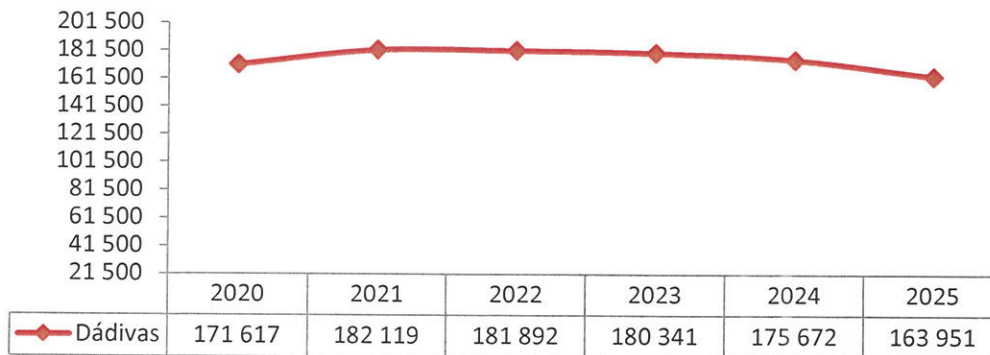
- Foi publicada o Despacho n.º 14115/2025, de 26 de novembro que determina as verbas a atribuir aos estabelecimentos públicos ou privados, incluindo as entidades localizadas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, autorizados a realizarem atos de colheita e transplante, e estabelece os critérios de distribuição das verbas referentes aos transplantes de órgãos sólidos, de células hematopoiéticas e de córnea.
- Relativamente aos indicadores de análise financeira, os valores apresentados traduzem a capacidade que o IPST, IP tem de solver os seus compromissos, embora tenha subsistido a dificuldade de cobranças aos clientes, esta tem melhorado muito.

3.7. PRODUÇÃO OBTIDA

Dois dos indicadores que melhor refletem a atividade desenvolvida pelos CST são o número de dadores de sangue inscritos e o número de dádivas obtidas.

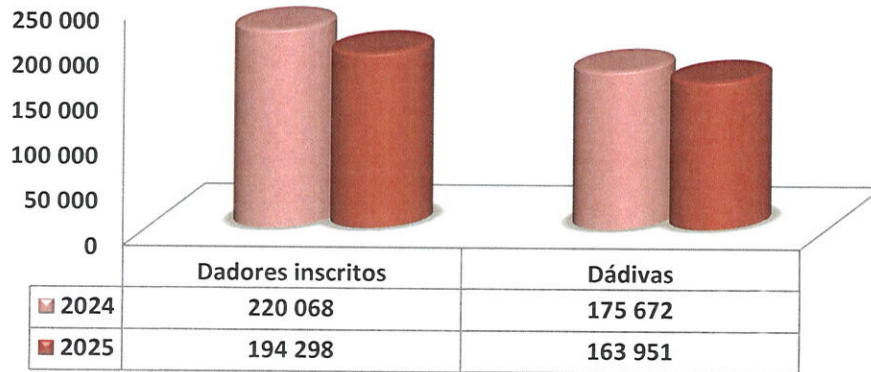
Para as 163.951 dádivas obtidas, inscrevam-se 194 298 dadores.

EVOLUÇÃO DA DÁDIVA



Maria José M. L. T.

EVOLUÇÃO DAS DÁDIVAS DE SANGUE NO IPST
DADORES INSCRITOS/ UNIDADES COLHIDAS



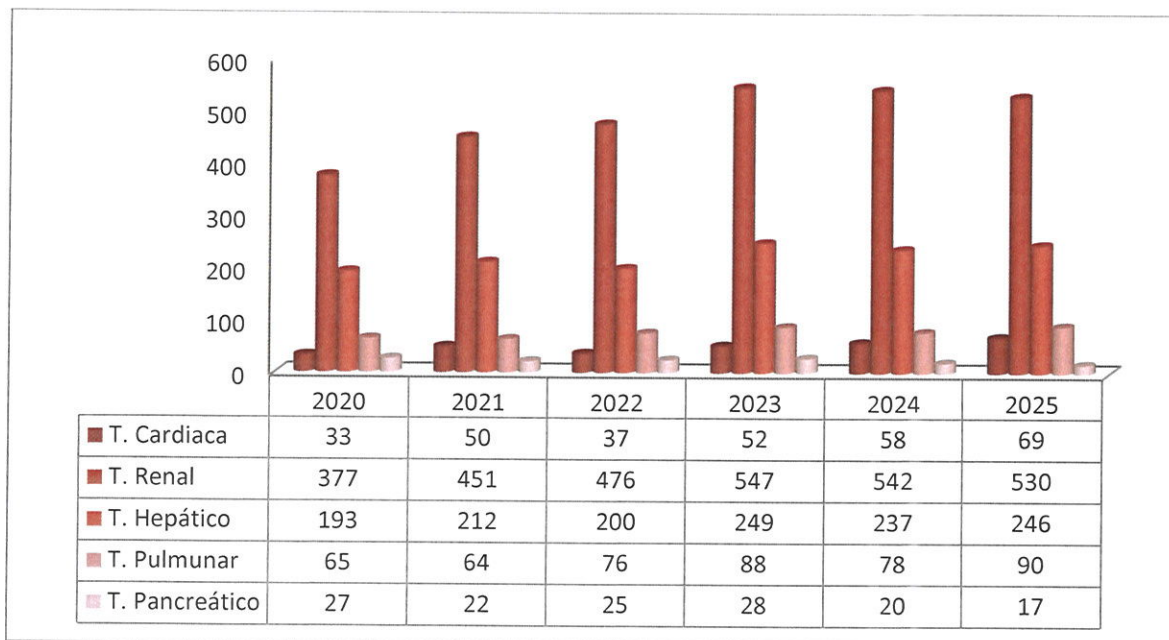
A maioria das dádivas, cerca de 79,09%, são realizadas em sessões móveis de colheita (SC), o que absorve uma proporção significativa dos recursos disponíveis, quer humanos, quer materiais.

No decorrer de 2025 diminuíram os dadores inscritos, as dádivas e as sessões móveis de colheita comparativamente a 2024.

INDICADORES	2025	2024	Δ % 2025/2024
Sessões Móveis de Colheita (SC)	3 303	4 789	-31,03%
Dádivas Sessões Móveis de Colheita	129 677	144 549	-10,29%
% Dádivas SC/Total das Dádivas	79,09%	82,28%	-3,88%

Verifica-se uma diminuição do número de brigadas 31,03% face a 2024 e consequentemente uma diminuição das dívidas em sessões de colheita.

EVOLUÇÃO DA TRANSPLANTAÇÃO NACIONAL 2020-2025



A informação presente neste relatório, demonstra a necessidade do IPST ter subsídios que custeiem a área da transplantação, nomeadamente do registo do CEDACE, do LUSOCORD e Banco de Tecidos, dado que o IPST não tem qualquer margem para financiar os mesmos.

Com a publicação do Despacho n.º 14115/2025, de 26 de novembro passa o IPST a partir de 1 de janeiro de 2026 ser financiado por:

- o) Estudo de histocompatibilidade por cada dador falecido referenciado – € 3387,47;
- p) Estudo de avaliação de dadores CEDACE (inclui potenciais dadores) – € 162,00.

Estes financiamentos serão de extrema importância para garantir a sustentabilidade do Registo de Dadores Cedace e da urgência laboratorial da área da transplantação de órgão sólido.

Em 2025, a dívida de clientes diminuiu 24,90% face a 2024.

É importante referir que o IPST tem tido um papel fundamental na centralização dos procedimentos aquisitivos de plasma inativado e derivados do plasma, o que tem

representado um grande investimento do Instituto nestas aquisições, que só, na melhor das hipóteses, passados 60 dias recebe esses pagamentos das instituições da Saúde. Sabemos que estamos a contribuir para gerar poupanças para o SNS, que também é uma das nossas missões.

A gestão de tesouraria do IPST, tem sido efetuada através dos pagamentos das entidades públicas efetuada com o apoio da ACSS e de planos de pagamentos de clientes, que tinham avultadas dívidas relativas a anos anteriores, situação que tem tornado possível manter a atividade core do Instituto.

3.8. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2025 que impliquem ajustamentos nas demonstrações financeiras.

3.9. PROPOSTA DE ALICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho Diretivo propõe que o resultado negativo de 2025, no montante de **-12 380 568 €** (doze milhões, trezentos e oitenta mil, quinhentos e sessenta e oito euros) permaneça em resultados transitados.

3.10. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A NCP 27 destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões.

O ponto 20 da norma, refere as etapas principais da implementação de um sistema de custeio ABC (custeio baseado em atividades):

- 1) Identificar as atividades (principais e auxiliares) realizadas e que consomem recursos;
- 2) Atribuir os custos às atividades;

Handwritten signature
34

- 3) Identificar os indutores de custo mais indicados para cada atividade que devem ser utilizados para imputar os gastos das atividades ao objeto de custo final (bens e serviços). Estes indutores de custo devem ser selecionados com base em relações causais ou em critérios de razoabilidade;
- 4) Calcular o custo unitário de cada indutor de custo;
- 5) Atribuir os custos das atividades aos bens e serviços produzidos multiplicando o custo unitário de cada indutor de custo pelas quantidades desse indutor consumidas por cada bem ou serviço.

A implementação de um sistema de custeio ABC exige a integração e processamento eficiente de grandes volumes de dados, tornando essencial um sistema de *business intelligence* (BI) funcional para a produção de informação relevante e analítica sobre custos, rendimentos e resultados, conforme previsto na NCP 27.

A implementação do BI foi interrompida por problemas financeiros da empresa contratada para este efeito, impossibilitando a conclusão dos workflows necessários à extração automatizada de dados essenciais para o sistema de custeio baseado nas atividades. Esta situação gerou atrasos significativos, afetando a capacidade do Instituto disponibilizar a informação da forma prevista para 2024.

O Instituto está fortemente empenhado em garantir que o sistema de BI seja uma realidade em 2025. Para isso, está já a desenvolver esforços no sentido de assegurar a contratação de um novo prestador de serviços de forma a mitigar os impactos da interrupção do projeto.

3.11. SUSTENTABILIDADE

A CSRD (Corporate Sustainability Reporting Directive) traduzida por Diretiva para a Comunicação de Informação sobre a Sustentabilidade das Empresas, é a nova diretiva da UE para o reporte sobre sustentabilidade. Com a recente entrada em vigor da CSRD, o reporte de informações sobre sustentabilidade é agora obrigatório e visa assegurar que as instituições comuniquem informações sobre sustentabilidade que sejam fiáveis, comparáveis e relevantes para os stakeholders avaliarem o seu desempenho não financeiro. O principal objetivo da implementação desta Diretiva consiste em melhorar a transparência para todos os stakeholders e reorientar os investimentos para tecnologias e empresas mais sustentáveis. Por sua vez, as ESRS (European Sustainability Reporting Standards), definida pelas Normas Europeias para o Relatório de Sustentabilidade, operacionaliza a

CSRD e consubstancia a crescente exigência sobre o impacto das empresas e instituições no nosso planeta e sociedade. Em suma, estas normas comuns garantem que as empresas e instituições de toda a UE declarem informação comparável e suportam que a comunicação do seu desempenho em matéria de sustentabilidade seja efetuada de forma mais eficiente.

Neste sentido, o IPST tem procedido gradualmente com a adoção desta obrigatoriedade vertida nos seguintes eixos de reporte deste relatório:

- questões ambientais
- direitos humanos
- questões relativas à diversidade
- medidas anticorrupção

Assim e em matéria de questões ambientais, salienta-se a existência de uma área de Gestão de Projetos com uma equipa totalmente dedicada que tem assegurado a participação do IPST nos últimos anos em projetos de eficiência energética e programas de transição climática, incluindo a reciclagem de produtos e dispositivos de saúde bem como a utilização de recursos numa lógica de economia circular. Como resultados obtidos, destacam-se por exemplo a crescente utilização de iluminação de tecnologia LED e a substituição de equipamentos de ar condicionado por novos mais sustentáveis e eficientes do ponto de vista ambiental e energético. Futuramente estão ainda pensadas iniciativas ao nível de uma frota automóvel mais sustentável através da substituição gradual para veículos mais ecológicos e menos poluentes bem como a adesão do IPST ao Programa de Eficiência de Recursos e Descarbonização na Saúde (ECO@SAÚDE) para o triénio de 2025-2027.

Ao nível dos direitos humanos, destaca-se a política de conciliação instituída no IPST. Esta política consagra diversos aspetos em matéria de direitos humanos como sejam a conciliação da vida pessoal e profissional, o recurso à modalidade de teletrabalho, o gozo de folga no dia de aniversário dos colaboradores e a formação dos profissionais em áreas de relevo, como sejam a aposta em literacia em finanças e economia doméstica, educação para a saúde, práticas ambientais e tecnologias de informação designadamente em matéria de cibersegurança e proteção de dados assegurando os direitos dos dados, recetores e demais utentes.

Em matéria de diversidade, importa referir que, desde 2019, que o IPST tem trabalhado neste ângulo contribuindo, por exemplo, para tornar a Dádiva de Sangue um ato mais inclusivo. Resultado dessa atividade foi a revisão mais alargada e consequente publicação da Norma relativa à Seleção de Pessoas Candidatas à Dádiva de Sangue com Base na Avaliação de Risco Individual relacionado com comportamentos da pessoa candidata à dádiva de sangue, com vista a garantir a segurança das pessoas recetoras.


Por fim e no que respeita às medidas anticorrupção, o IPST estabeleceu em 2024 o Programa de Cumprimento Normativo com a nomeação de uma Comissão de Prevenção da Corrupção, a publicação de um Código de Ética, Conduta e Prevenção da Corrupção e de Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. Estabelecendo uma ponte com a Sociedade, o IPST detém ainda um Canal de Denúncia público e disponível no seu website contribuindo para uma maior transparência da atividade desempenhada por esta instituição no sector da saúde e uma maior sustentabilidade global.

Lisboa, 24 de março de 2025

O Conselho Diretivo



Dra. Maria Antónia Escoval
Presidente do Conselho Diretivo



Dr. Victor Marques
Vogal do Conselho Diretivo

